

Clipping n° 937

, 12 Janeiro 2012 - 11:31:11

ECONOMIA I O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), medido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), iniciou o ano de 2012 com alta de 0,93% - variação 0,14 ponto percentual acima da apurada no encerramento de dezembro (0,79%). Essa foi a taxa mais elevada desde maio de 2011 quando o IPC-S havia ficado em 0,96%.

ECONOMIA II Quatro dos sete grupos pesquisados apresentaram aumentos em índices superiores aos registrados na medição anterior. A maior variação foi constatada em alimentação que passou de 1,65% para 1,92%. Neste grupo, os destaques foram as hortaliças e os legumes com variação de 4,48% ante 0,58%. Em educação, leitura e recreação houve alta de 1,38% ante 0,42%. Entre os motivos está o reajuste de preços dos cursos formais (de 0% para 2,07%).

ECONOMIA III No grupo transportes, a taxa atingiu 0,61% ante 0,59% sob a pressão do aumento na tarifa de ônibus urbano (de 0,02% para 0,53%). Já em despesas diversas foi verificada uma leve alta com a taxa passando de 0,11% para 0,14%. Nesse caso houve influência da variação animal que, apesar de ter se mantido em queda (-0,24%), já dá sinais de recuperação uma vez que, na pesquisa anterior, havia apresentado redução de -1,42%.

ECONOMIA IV Nos demais grupos, as elevações ocorreram com taxas inferiores ao último levantamento: vestuário (de 1,03% para 0,55%); saúde e cuidados pessoais (de 0,68% para 0,65%) e habitação (de 0,27% para 0,25%).

ECONOMIA V Os cinco itens que mais contribuíram para o avanço inflacionário foram: mamão papaya (de 21,49% para 11,98%); alcatra (de 6,48% para 6,37%), tomate (de 0,45% para 8,89%), curso de ensino superior (de 0% para 1,54%) e curso de ensino fundamental (de 0% para 2,59%). Fonte: Agência Brasil

INSS inclui mais 37.582 na lista da revisão pelo teto O INSS incluiu, entre agosto e dezembro de 2011, mais 37.582 aposentados na lista de pagamento da revisão pelo teto. Esses segurados juntam-se aos demais 131 nomes beneficiados logo quando a revisão foi anunciada, totalizando 168.582 com direito. Para saber se está entre os que entraram na lista, o aposentado pode consultar o site da Previdência ou ligar no 135. O INSS não informou se todos já foram avisados por carta. Segundo o INSS, o reajuste dos benefícios já foi pago para todos os que foram incluídos na lista. No caso dos atrasados (diferenças não pagas nos últimos cinco anos), quem tem até R\$ 15 mil para receber ganhará a bolada no dia 31 de maio deste ano, data em que será pago o próximo lote de atrasados. Fonte: Agora SP

Governo: reajuste do piso nacional de professor pode chegar a 22% Nesta terça-feira (10), o ministro de Educação, Fernando Haddad, participou de audiência com a presidente, Dilma Rousseff, e o secretário-executivo do Ministério, José Henrique Paim, para discutir o reajuste de 22% para o piso nacional dos professores. Após a audiência, Haddad informou que o novo valor deve ser promulgado em fevereiro ou março, mas passar a valer a partir deste mês. Porém, o governo ainda não tomou nenhuma decisão sobre o índice, pois o ministro aguarda os dados consolidados do Tesouro Nacional para fechar o valor

final do reajuste do Fundeb. Haddad também lembrou que qualquer valor inferior aos 22% abriria espaço para contestação judicial ou teria que ser apresentado junto com uma mudança na legislação. A Lei 11.738/08, que institui o piso salarial profissional nacional, diz claramente que o reajuste será realizado todo mês de janeiro no mesmo percentual da atualização do valor do Fundeb e terá de ser o menor valor básico para os professores por 40 horas-aula semanais. Pelos estados. No entanto, governadores e prefeitos alegam não ter como arcar com o reajuste. Além disso, estão pressionando o governo federal para dar aos professores apenas a variação da inflação, que fechou em 6,5%. Em 2011, o reajuste foi de 16% e já incomodou os estados e municípios. Atualmente, 16 estados não cumprem o piso atual, que é de R\$ 1.187. Outros cinco pagam menos do que os R\$ 1.450 que devem entrar em vigor em fevereiro e terão que fazer mais algum investimento. Sobre a lei do piso. A Lei 11.738, sancionada em 16 de julho de 2008, determina o rendimento mínimo por 40h semanais de trabalho para professores da educação básica da rede pública. O valor atual do piso é de R\$ 1.187,14, que passa a ser considerado como o "vencimento básico" da categoria, ou seja: gratificações e outros extras não podem contar como parte do piso. (Fonte: Portal Vermelho, com alterações)

Jorge Caetano Ferminopj